



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: **1016127-89.2017.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Multas e demais Sanções**
 Requerente: **Irma Agenton Zanolini**
 Requerido: **Jessica Daiane Castello Branco e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

IRMÃ AGENTON ZANOLINI, qualificado (a)(s) nos autos, ajuizou(aram) a presente ação em face da(s) parte(s) requerida(s) **JESSICA DAIANE CASTELLO BRANCO, DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM e DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO**, alegando que está sendo responsabilizada pelos débitos do veículo GM/Chevette Marajó SL, ano/modelo 1984, placas CLZ-4523, o qual teria sido vendido à primeira requerida em 23/10/2012, sem que a mesma tivesse providenciado a transferência. Diz que o cartório deveria ter comunicado a venda ao departamento de trânsito. Pediu a procedência da ação para declarar a inexistência de propriedade do veículo desde 2012, com determinação para que o órgão de trânsito providencie a alteração de titularidade, cancelando-se os débitos oriundos de infrações de trânsito e os pontos no seu nome, os quais devem ser pagos pela requerida Jessica. Apresentou os documentos de fls. 19/60.

O Departamento Estadual de Trânsito – Detran apresentou contestação às fls. 96/102, apontando inadequação da via eleita, porquanto a competência para o processamento da demanda seria do Juizado Especial da Fazenda Pública. No mérito, aduziu que o veículo está registrado em nome da autora, não constando comunicação de venda ativa no sistema. O bloqueio por ela realizado em 03/07/2017 apenas impede o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

licenciamento do veículo e permite que ele seja apreendido em operações policiais, mas não se equipara a comunicação de venda. Ao deixar de atender à formalidade, a requerente permaneceu responsável pelas penalidades impostas. Apresentou documentos (fls. 103/116).

Réplica às fls. 129/130.

Jéssica Daiane Castello Branco e Departamento de Estradas de Rodagem – DER não contestaram a ação.

É o Relatório.

Fundamento e Decido.

O feito está em condições de ser julgado, sendo desnecessária a dilação probatória (art. 355, I, CPC).

Rejeito a preliminar de *inadequação* do rito processual oposta pelo Departamento Estadual de Trânsito - Detran, que se refere primordialmente ao rito escolhido pelo autor, pois, neste Juízo, não foi instalado o Juizado Especial da Fazenda Pública, o que determinaria sua competência absoluta para o processamento do feito.

Assim, nos termos do artigo 8º, I, do Provimento nº 1768/2010, esta Vara da Fazenda Pública é competente para processamento das ações de competência do JEFAZ.

No mérito, a ação procede em parte.

Pretende a autora que a responsabilidade pelos débitos e infrações de trânsito sejam carreados ao comprador do veículo.

Não há nos autos evidências de irregularidade no lançamento dos débitos, considerando que a documentação exibida não demonstra que houve a regular



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

transferência da propriedade do veículo em data anterior à verificação dos fatos geradores dos débitos questionados.

Não consta que a autora tenha comunicado a venda do veículo aos órgãos de trânsito como lhe incumbia.

Art. 134. No caso de transferência de propriedade, o proprietário antigo deverá encaminhar ao órgão executivo de trânsito do Estado dentro de um prazo de trinta dias, cópia autenticada do comprovante de transferência de propriedade, devidamente assinado e datado, sob pena de ter que se responsabilizar solidariamente pelas penalidades impostas e suas reincidências até a data da comunicação.

E, de fato, não há como o órgão de trânsito anotar o bloqueio pela venda do veículo se esta alienação não estiver documentada.

Sabe-se, ainda, que a obrigatoriedade do cartório comunicar ao departamento de trânsito a venda do veículo adveio somente com o Decreto Estadual nº 60.489, de 23/05/2014, que entrou em vigor 60 dias após sua publicação. Destacam-se os seguintes artigos:

Artigo 2º - Logo após a efetivação do ato de reconhecimento de firma por autenticidade do transmitente/vendedor no documento de transferência de propriedade do veículo o notário deverá enviar à Secretaria da Fazenda, por meio do endereço eletrônico <http://www.fazenda.sp.gov.br>:

...

Artigo 3º - A Secretaria da Fazenda disponibilizará as informações previstas no artigo 2º ao Departamento Estadual de Trânsito - Detran-SP que:

I - atualizará os registros de seu cadastro de veículos com base nessas informações;

II - comunicará à Secretaria da Fazenda, se for o caso, a ocorrência de inconsistências nas informações disponibilizadas.

Artigo 4º - O cumprimento do disposto no artigo 2º pelo notário dispensa:

I - o transmitente e o adquirente de cumprir a obrigação prevista no parágrafo único do artigo 34 da Lei 13.296, de 23 de dezembro de 2008, de comunicar a alienação do veículo às autoridades competentes;

II - o transmitente de encaminhar, ao Detran-SP, cópia autenticada do comprovante de transferência de propriedade do veículo, devidamente assinado e datado, conforme previsto no artigo 134 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro).

Dessa forma, ainda que o veículo tenha sido entregue, por tradição, à compradora do veículo, isto não afasta a obrigação da autora ao pagamento dos débitos de impostos e infrações de trânsito até a data da comunicação da venda ao Departamento



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Estadual de Trânsito – Detran.

Nesse sentido:

“APELAÇÃO Débitos de IPVA venda de veículo sem a devida comunicação de transferência ao DETRAN responsabilidade solidária Lei n.º 6.066/89 Recurso desprovido” (3ª Câmara de Direito Público Apelação Cível nº 951.390.5/7-00 Relator: Desembargador Ângelo Malanga j. 20.9.2009).

“AÇÃO DECLARATÓRIA IPVA VENDA DE AUTOMÓVEL NÃO COMPROVAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DO VEÍCULO Diante da falta de comunicação da transferência de propriedade, não pode a Fazenda do Estado, por meio de sua Secretaria, proceder a qualquer alteração, visando evitar o lançamento do tributo no nome da apelante, sem que haja o nome do novo proprietário. Negaram provimento ao recurso” (4ª Câmara de Direito Público Apelação Cível nº 726.557.5/3 Relator: Desembargador Viana Santos j. 17.4.2008).

Destaque-se, entretanto, que a comunicação intempestiva da venda ao órgão de trânsito gera solidariedade até tal data apenas em relação aos valores, mas não em relação à pontuação no prontuário de habilitação, que é pena personalíssima.

De fato, o artigo 257, §3º, do Código de Trânsito Brasileiro assim dispõe:

Art. 257. As penalidades serão impostas ao condutor, ao proprietário do veículo, ao embarcador e ao transportador, salvo os casos de descumprimento de obrigações e deveres impostos a pessoas físicas ou jurídicas expressamente mencionados neste Código. (...) § 3º Ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo.

O Superior Tribunal de Justiça já decidiu:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. SUSPENSÃO DO DIREITO DE DIRIGIR. ALIENAÇÃO DE VEÍCULO. RESPONSABILIDADE PELAS INFRAÇÕES. SOLIDARIEDADE ENTRE COMPRADOR E VENDEDOR ENQUANTO NÃO HOUVER A COMUNICAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO AO DETRAN. ACÓRDÃO A QUO QUE AFIRMA ESTAR COMPROVADO QUE AS INFRAÇÕES QUE ENSEJARAM A PENALIDADE NÃO FORAM COMETIDAS PELO VENDEDOR. IMPOSSIBILIDADE DE SER-LHE APLICADA A SUSPENSÃO DO DIREITO DE DIRIGIR. Hipótese em que a autarquia estadual pretende que a penalidade de suspensão do direito de dirigir seja aplicada ao antigo proprietário do automóvel, ao fundamento de que ele é solidariamente



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

responsável pelas infrações de trânsito que cometeu o comprador, porque não procedeu a transferência do veículo junto ao DETRAN-PR. Analisando casos semelhantes tanto a Primeira como a Segunda Turma firmaram entendimento de que realmente existe a solidariedade pelas infrações entre o vendedor e o comprador do veículo, enquanto a alienação não for informada ao DETRAN. No entanto, tal solidariedade não é absoluta e deve ser relativizada nos casos em que estiver comprovado que não foi o vendedor que cometeu as infrações. Precedentes: REsp 804.458/RS, Rel. Ministro teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJe 31/08/2009 e REsp 1024815/RS, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 04/09/2008. No caso dos autos, não se deve aplicar a penalidade ao ora recorrido, uma vez que o acórdão a quo é categórico ao afirmar que a infração não foi cometida pelo recorrido, mas, sim, pelo novo proprietário do veículo. 4. Recurso especial não provido. (REsp 1063511/PR, Rel. Min. Benedito Gonçalves, j. em 18.03.10).

Com efeito, pelo documento de fls. 22 destes autos, a autora demonstrou que a propriedade do veículo foi transferida em 23/10/2012, muito antes das datas das infrações de fls. 23, de modo que os pontos correspondentes devem ser atribuídos ao comprador ou à pessoa identificada no momento da autuação, conforme dispõe a lei de trânsito.

Ante ao exposto **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação para determinar que o Departamento Estadual de Trânsito registre, no prontuário do veículo, a venda documentada às fls. 22, bem como para excluir, da carteira de habilitação da autora **Irmã Argenton Zanolini**, os pontos decorrentes de infrações de trânsito cometidas após 23/10/2012, originadas do veículo GM/Chevette Marajó SL, ano/modelo 1984, cor azul, placas CLZ-4523.

Ante a parcial sucumbência, e considerando o princípio da causalidade, principalmente porque a autarquia não tinha conhecimento da alienação, as custas e despesas processuais serão custeadas pela autora, ressalvada a justiça gratuita, sem condenação em honorários advocatícios.

Publique-se. Intimem-se.

Araraquara, 18 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**